

AS MOEDAS DIGITAIS: OS IMPACTOS DAS CBDCS NA HEGEMONIA DO DÓLAR AMERICANO

Marina Amanda Munhos Almeida¹

Carolina Lopes Barreto²

Ligia Duarte Guerra³

RESUMO: A transformação digital do sistema financeiro tem impulsionado o desenvolvimento das Moedas Digitais de Bancos Centrais (CBDCs), assunto que tem levantado discussões sobre os possíveis impactos que elas podem ter no Sistema Monetário Internacional (SMI). Este artigo procura analisar em que medida as CBDCs podem reduzir a dependência do dólar como moeda intermediária nas transações comerciais internacionais. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, baseada em artigos científicos, livros e documentos institucionais. A análise demonstra que as CBDCs apresentam potencial para tornar os pagamentos internacionais mais rápidos e diretos, reduzindo a necessidade de intermediários tradicionais e, conseqüentemente, a utilização do dólar em certas operações. Entretanto, a hegemonia do dólar está relacionada não apenas a fatores tecnológicos, mas também a sua ampla utilização, a sua confiança internacional, à força do mercado financeiro estadunidense e também a fatores econômicos e geopolíticos. Além disso, desafios regulatórios, operacionais, tecnológicos e de interoperabilidade dificultam uma mudança imediata. Conclui-se então que as CBDCs podem contribuir para uma redução gradual da intermediação do dólar, mas sua substituição não se mostra provável a curto prazo. Nesse processo, o SMI poderá evoluir para um modelo de modernização do dólar, maior multipolaridade ou fragmentação financeira.

Palavras-chave: CBDCs. Dólar. Sistema Monetário Internacional. Comércio internacional. Inovação financeira.

1

ABSTRACT: The digital transformation of the financial system has driven the development of Central Bank Digital Currencies (CBDCs), a subject that has raised discussions about their potential impacts on the International Monetary System (IMS). This article aims to analyze to what extent CBDCs can reduce dependence on the US dollar as an intermediary currency in international trade transactions. To this end, an exploratory bibliographic research was conducted, based on scientific articles, books, and institutional documents. The analysis demonstrates that CBDCs have the potential to make international payments faster and more direct, reducing the need for traditional intermediaries and, consequently, the use of the US dollar in certain transactions. However, the dollar's hegemony is related not only to technological factors, but also to its widespread use, international confidence, the strength of the US financial market, and economic and geopolitical factors. In addition, regulatory, operational, technological, and interoperability challenges hinder immediate change. It is concluded that CBDCs may contribute to a gradual reduction in the dollar's role as an intermediary, but its replacement is not likely in the short term. In this process, the IMS may evolve toward a model of modernization of the dollar, greater multipolarity, or financial fragmentation.

Keywords: CBDCs. US dollar. International Monetary System. International trade. Financial innovation.

¹Graduanda em Tecnologia em Comércio Exterior pela Faculdade de Tecnologia da Zona Leste (Fatec Zona Leste)

²Graduanda em Tecnologia em Comércio Exterior pela Faculdade de Tecnologia da Zona Leste (Fatec Zona Leste)

³Orientadora: Mestre em Administração - Inovação e Tecnologia.

Faculdade de Tecnologia da Zona Leste – Fatec Zona Leste.

1. INTRODUÇÃO

Observamos no atual cenário global como o sistema monetário internacional vive em constante transformação. Diante do avanço significativo das tecnologias digitais relacionadas aos sistemas de pagamento globais, é relevante analisar as mudanças que podem ocorrer no futuro. Os debates institucionais e geopolíticos, nos últimos anos, se voltaram para uma possível redução da dependência do dólar como intermediário em negociações internacionais.

Paralelamente, é possível observar que o grande desenvolvimento das Moedas Digitais de Bancos Centrais, bem como a expansão de ativos digitais privados, são elementos apontados como potenciais impulsionadores de mudanças na dinâmica das transações internacionais. Diante do exposto, é relevante tentar entender se é possível que as moedas digitais de bancos centrais reduzam a dependência do dólar como moeda intermediária nas transações internacionais.

Essa temática se mostra pertinente, pois não é somente atual, mas também é um debate ainda em consolidação teórica. E essa característica amplia as possibilidades de contribuição, pois nos permite formular uma análise fundamentada em dados recentes. Além disso, a pesquisa apresenta relevância, considerando que as mudanças na estrutura monetária global possuem implicações diretas para os fluxos comerciais, estratégias de política econômica, estabilidade financeira e relações internacionais.

2

O presente artigo se concentrará na pesquisa e estudo sobre as Moedas Digitais de Bancos Centrais, conhecidas internacionalmente como Central Bank Digital Currencies (CBDCs), sobre a inovação financeira e o Sistema Monetário Internacional, para que possamos compreender se o avanço desses instrumentos financeiros pode reduzir a dependência do dólar como intermediário nas transações comerciais globais da atualidade.

Portanto, analisaremos se esse avanço na digitalização financeira realmente representa só uma inovação tecnológica dos meios de pagamento internacionais ou se é possível torná-la um elemento de transformação estrutural que trará implicações diretas para o comércio internacional da atualidade.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Inovação Digital e Sistema Financeiro

São inegáveis as mudanças que o sistema financeiro internacional vem sofrendo nas últimas décadas. O desenvolvimento econômico está diretamente relacionado à capacidade de inovar, que por sua vez é uma das principais forças de transformação, seja de estruturas

produtivas ou até mesmo do mercado, como abordado por Joseph Schumpeter na sua teoria da destruição criativa. Por isso, a introdução de inovações tem transformado significativamente diversos setores da economia, incluindo o Sistema Financeiro Internacional.

A ligação entre finanças e tecnologia está longe de ser algo recente. Ambas têm uma relação evolutiva, construída desde os tempos antigos com os primeiros registros financeiros em tábuas de argila, na Mesopotâmia. Ao longo dos séculos, os avanços tecnológicos vêm moldando as finanças e suas diversas fases, causando transformações profundas nos sistemas financeiros e tornando-os mais acessíveis, rápidos e eficientes.

Contudo, podemos destacar a crise financeira de 2008 como um grande divisor de águas. A perda de confiança nos bancos tradicionais abalou a credibilidade deles com os clientes. Esse fato causou uma importante virada de chave: apesar de os produtos serem importantes, quem os oferecia também era. E a confiança deles se voltou para as grandes empresas que passaram a entregar esses serviços financeiros diretamente aos clientes e outras companhias, o que originou as conhecidas Fintechs. Acontecimento este, que se tornou um forte motor para uma digitalização ainda mais intensa.

Acerca desse assunto, a literatura reforça que a crise global de 2008 serviu como catalisadora para a era Fintech 3.0, marcando uma transformação no comportamento do consumidor de varejo em relação a quais instituições possuem a legitimidade necessária para intermediar serviços financeiros (Arner; Barberis; Buckley, 2016).

No entanto, essa mudança não ocorreu repentinamente. Como observado, houve uma perda de confiança nos bancos tradicionais, mas esse não foi o único motor que impulsionou essa transformação. Após a grande crise, outros fatores ganharam fôlego. Sobre isso, a literatura aponta que a sustentação da Revolução Fintech se baseia em três pilares essenciais: a abundante disponibilidade de capital voltado à inovação tecnológica no setor, o desenvolvimento de novas tecnologias e serviços diferenciados por parte das startups e a reformulação dos modelos de negócios e de intermediação financeira, o que expandiu o acesso dos clientes para além das limitações físicas e de horário das agências tradicionais (Gomber et al., 2017).

A expansão das Fintechs causa um efeito que vai além da criação de novos produtos e serviços financeiros. Segundo Gancarczyk e Rodil-Marzábal (2022), essas tecnologias financeiras modificam a organização econômica que as empresas e os setores têm. São elas que contribuem para a transformação do ecossistema financeiro. E, nesse processo, é possível observar a entrada e também uma maior participação de diversos agentes, como Fintechs, BigTechs, bancos, entidades públicas, reguladores e consumidores. São eles que passam a criar

novas formas de interação e prestação dos serviços financeiros. Dessa forma, a digitalização não é só uma modernização das ferramentas que são utilizadas pelo sistema financeiro, elas também são um fator de mudança nas relações entre seus diferentes participantes.

São perceptíveis os impactos causados pela digitalização na estrutura do sistema financeiro. Afinal, ela pavimentou o caminho necessário para o surgimento de diversos instrumentos financeiros, como a expansão dos bancos e dos pagamentos digitais que buscam, em sua essência, a liquidação de transações em minutos. Essa modernização das infraestruturas de pagamentos, por sua vez, abriu caminho para a criação das Moedas Digitais de Bancos Centrais (do inglês Central Bank Digital Currency – CBDCs).

Nesse cenário de transformação, é pertinente investigar a utilização dessas moedas em acordos comerciais internacionais; desta forma, podemos compreender em qual medida esses instrumentos reduzem a dependência do dólar nessas transações e contribuem para possíveis mudanças na hierarquia monetária global.

2.2. CBDCs e Suas Características

As Moedas Digitais de Banco Central (CBDCs), representam a versão digital da moeda oficial emitida por um banco central. Hoje elas aparecem como um dos principais temas de inovação financeira, mas nem sempre foi assim. Embora existissem estudos anteriores sobre moedas digitais emitidas por bancos centrais, um dos marcos dessa discussão aconteceu em 2014, quando Zhou Xiaochuan, então governador do Banco Popular da China (PBoC), defendeu o desenvolvimento de uma moeda digital que pudesse ser utilizada diretamente por empresas e pela população.

Na prática, as CBDCs funcionam como um passivo do banco central, assim como o dinheiro em papel, mas em formato digital. Segundo Ahnert et al. (2024), elas podem ser desenvolvidas usando diferentes tipos de infraestrutura. Em alguns casos, o banco central controla sozinho todos os registros das transações. Em outros, utiliza tecnologias de registro distribuído, conhecidas como Distributed Ledger Technology (DLT). Isso mostra que uma CBDC não depende obrigatoriamente de blockchain. Muitos projetos utilizam redes permissionadas ou até sistemas totalmente centralizados, dependendo dos objetivos de cada país.

Quando a infraestrutura utiliza DLT, os registros costumam ser altamente seguros, rastreáveis e auditáveis. Ainda assim, isso não significa que sejam totalmente imutáveis. Como

essas redes ficam sob regras definidas pelo próprio banco central ou por instituições autorizadas, o nível de transparência e de controle varia conforme o modelo adotado.

Outro aspecto importante é a forma como essas moedas identificam seus usuários. Existem dois modelos principais. O primeiro é o account-based, que funciona de maneira parecida com uma conta bancária tradicional: a identidade do usuário precisa ser validada para que a transação aconteça. O segundo é o token-based, cuja lógica se aproxima mais do dinheiro em espécie, já que a validação acontece sobre o próprio ativo digital. Como cada modelo tem vantagens e limitações, muitos bancos centrais estudam soluções híbridas que tentam equilibrar segurança, privacidade e facilidade de uso.

O interesse pelas CBDCs cresceu por vários motivos ao mesmo tempo. A digitalização da economia, a busca por pagamentos mais rápidos, a redução de fraudes e o incentivo à inclusão financeira passaram a pressionar os bancos centrais a modernizar seus sistemas monetários. Segundo o Fundo Monetário Internacional (2024), esses fatores ajudam a explicar por que tantos países começaram a desenvolver projetos próprios de moeda digital.

Também existem diferenças importantes em relação ao público que utiliza essas moedas. As CBDCs de varejo (retail) são voltadas para consumidores e empresas e podem ser usadas em pagamentos do dia a dia. Já as CBDCs de atacado (wholesale) são destinadas às instituições financeiras e costumam ser utilizadas em liquidações interbancárias de grande valor.

Uma característica que diferencia essas moedas de outros meios de pagamento é a programabilidade. Isso significa que determinadas regras podem ser incorporadas ao próprio dinheiro digital. Segundo Ahnert et al. (2024), em algumas situações, por exemplo, um pagamento pode acontecer automaticamente quando uma condição previamente estabelecida é cumprida. É justamente essa possibilidade que aproxima as CBDCs da ideia de "moeda inteligente".

Outro recurso que vem ganhando bastante atenção é a realização de pagamentos offline. A proposta é permitir que determinadas transações aconteçam mesmo quando não há conexão com a internet, o que pode ser importante em regiões com baixa conectividade ou durante falhas de infraestrutura. Além de aumentar a resiliência do sistema, essa funcionalidade aproxima a experiência de uso das CBDCs do dinheiro físico, algo que aparece como prioridade em parte dos estudos recentes sobre o tema.

Apesar das vantagens, a privacidade continua sendo um dos maiores desafios dessas moedas. Diferentemente do dinheiro em espécie, pagamentos digitais podem gerar registros detalhados sobre as transações realizadas. Segundo o IMF Virtual Handbook (2024), o desafio

dos bancos centrais é encontrar um equilíbrio entre proteger os dados dos usuários e cumprir exigências relacionadas ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Por isso, muitos projetos vêm adotando o conceito de *privacy by design*, que incorpora mecanismos de proteção de dados desde o desenvolvimento da tecnologia.

Além disso, as CBDCs também podem ampliar os instrumentos disponíveis para a política monetária. Entre as possibilidades discutidas na literatura estão um controle mais direto da oferta de moeda, a aplicação de juros sobre saldos digitais e uma transmissão mais eficiente das decisões tomadas pelos bancos centrais.

2.3. CBDCs e Pagamentos Internacionais

Os pagamentos internacionais ainda dependem de uma estrutura relativamente complexa. Na maioria dos casos, uma transferência entre dois países passa por bancos correspondentes, sistemas de compensação e redes como a SWIFT, o que pode aumentar custos e fazer com que a liquidação leve horas ou até dias.

É justamente nesse ponto que as CBDCs chamam atenção. Estudos de 2021 do Banco de Compensações Internacionais (do inglês Bank for International Settlements - BIS) mostram que elas podem simplificar parte desse processo ao permitir uma integração maior entre diferentes bancos centrais.

Um dos modelos mais discutidos atualmente é o multi-CBDC. Em vez de cada país operar sua moeda digital de forma isolada, diferentes bancos centrais compartilham uma infraestrutura capaz de conectar essas moedas. Com isso, uma transferência internacional pode acontecer de forma muito mais direta, reduzindo a necessidade de intermediários.

Para que isso funcione, existe um elemento essencial: a interoperabilidade. Em outras palavras, os sistemas precisam conseguir "conversar" entre si. Relatórios elaborados pelo BIS em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (2021), mostram que essa integração depende da adoção de padrões técnicos compatíveis, da conexão entre plataformas nacionais e, em alguns casos, da criação de infraestruturas compartilhadas. Quanto maior for essa interoperabilidade, menores tendem a ser os custos das operações e o tempo necessário para concluir uma transferência internacional.

Um dos exemplos mais conhecidos dessa proposta é o Project mBridge, desenvolvido pelo BIS junto aos bancos centrais da China, Hong Kong, Tailândia e Emirados Árabes Unidos. Os testes mostraram que pagamentos internacionais podem ser liquidados quase

instantaneamente, além de permitir que a conversão cambial aconteça durante a própria operação.

Outra vantagem importante é a redução dos riscos nas operações. Muitas dessas plataformas utilizam o mecanismo chamado payment-versus-payment (PvP). Nele, a transferência de uma moeda só é concluída quando a outra moeda também é transferida, evitando que uma das partes finalize sua obrigação enquanto a outra ainda não cumpriu a sua.

Esse tipo de infraestrutura também pode reduzir, em alguns casos, a dependência de sistemas tradicionais como a SWIFT. Isso não significa que essa rede deixará de existir, mas mostra que novas alternativas estão sendo desenvolvidas e podem mudar parte da dinâmica dos pagamentos internacionais nos próximos anos.

2.4. O Papel do Dólar no Sistema Monetário Internacional

O conceito de Sistema Monetário Internacional (SMI) pode ser definido como um conjunto de instituições internacionais, regras e também de convenções, que tem como objetivo ser um facilitador do comércio internacional, auxiliando nos investimentos e nos pagamentos efetuados entre diferentes países. Segundo o Fundo Monetário Internacional (2020), o SMI está em constante evolução. O objetivo é sempre agir em resposta às mudanças estruturais sofridas pela economia global e impulsionadas pela integração financeira e por eventos geopolíticos.

7

No SMI o dólar tem um papel central. Ele atua como a moeda de reserva, como a unidade de conta e como o meio de troca neste cenário global. Sua posição foi consolidada durante décadas, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ele surgiu como uma substituição da libra esterlina que, na época, era a moeda que existia como principal referência quando o assunto era comércio e investimentos. No entanto, o que possibilitou esse posicionamento do dólar como figura central, assim como a sua hegemonia, foi a criação do sistema de Bretton Woods.

Esse sistema funcionava como um regime onde as moedas tinham seu valor atrelado diretamente ao dólar que, por sua vez, tinha seu valor atrelado diretamente ao ouro. Esse atrelamento tornou diversas nações dependentes da moeda norte-americana para o comércio internacional e para suas reservas. Isso tornou o dólar o principal influenciador dos fluxos financeiros e sanções, reafirmando sua hegemonia.

Segundo Carvalho et al. (2024), mesmo que esse sistema tenha sido encerrado em 1971 e a conversibilidade do ouro tenha colapsado, o dólar manteve sua hegemonia ao longo das décadas devido ao poderio econômico e militar que os Estados Unidos haviam conquistado na época.

Neste ponto, já era necessário que os bancos centrais tivessem dólares na reserva para se proteger de possíveis crises financeiras ou manter quantias vultosas para não perder a confiança de investidores estrangeiros. Por conta disso, muitos países precisaram estocar dólares para garantir o pagamento das dívidas externas e das importações, o que consolidou o dólar como a moeda principal do SMI.

Atualmente, o poder do dólar continua e ele permanece predominante. Ainda é a principal moeda utilizada em faturamentos internacionais e na intermediação das transações comerciais, mesmo quando não é um dos países envolvidos. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (2020), o dólar é a moeda mais utilizada para faturamento comercial (54% do comércio global) e denominação de reivindicações financeiras. Além disso, a moeda detém 44% de toda a participação no volume de negócios global no mercado de câmbio. Outra análise importante é que em relação às finanças internacionais o dólar segue sendo um ativo seguro e o principal meio de pagamento para dívidas e investimentos.

É perceptível a forte dependência que o SMI tem em relação ao dólar, o que coloca nas mãos dos Estados Unidos uma significativa influência econômica sobre as demais nações. O uso internacional dessa moeda para os diversos fins mencionados anteriormente — comércio global, acúmulo de reservas, faturamento comercial, etc — fornece uma alavancagem geopolítica estratégica, pois a saúde econômica dos Estados Unidos se torna algo necessário para a estabilidade global.

Isso evidencia quão enraizada a moeda está, afinal, durante os períodos de grande instabilidade na economia internacional, o dólar é visto como uma rota de fuga para os ativos. Ação que acaba não só valorizando, mas também reforçando o poder do dólar americano. Isso demonstra que o sistema é, estruturalmente, resistente, portanto, cria dificuldades e barreiras para uma possível mudança relacionada à hegemonia dessa moeda como intermediário de pagamentos internacionais.

2.5. Impacto das CBDCs na Hegemonia Monetária

As CBDCs não afetam apenas a forma como as pessoas fazem pagamentos. Segundo o Fundo Monetário Internacional (2024), elas também podem modificar aspectos importantes da organização do sistema financeiro.

Hoje, essa organização é conhecida como hierarquia monetária. No topo está a moeda emitida pelo banco central, considerada o ativo mais seguro da economia. Nos níveis seguintes aparecem os depósitos bancários e outros instrumentos privados, cujo valor depende da

confiança nas instituições que os emitem. Como regra geral, apenas instituições financeiras têm acesso direto à moeda do banco central, enquanto a população utiliza principalmente depósitos bancários no dia a dia.

Com a criação das CBDCs de varejo, essa lógica pode mudar. Pessoas e empresas passariam a ter acesso direto a um ativo digital emitido pelo próprio banco central. Segundo Ahnert et al. (2024), caso parte dos depósitos migre para essas carteiras digitais, pode ocorrer um processo conhecido como desintermediação financeira, reduzindo o papel dos bancos comerciais como intermediários entre o banco central e os usuários finais.

Mesmo assim, a maioria dos projetos internacionais procura evitar uma mudança tão brusca. O modelo mais comum é o chamado two-tier model ou modelo de duas camadas. Nesse formato, o banco central continua responsável pela emissão da moeda digital, enquanto bancos comerciais e prestadores de serviços de pagamento ficam encarregados da distribuição das carteiras digitais, da identificação dos usuários e do atendimento ao público. Essa divisão ajuda a preservar parte da estrutura bancária existente.

Ainda assim, existem riscos. Ahnert et al. (2024) argumentam que, se uma parcela significativa dos depósitos migrar para as CBDCs, os bancos comerciais podem perder parte de sua principal fonte de financiamento. Como consequência, sua capacidade de conceder crédito também pode diminuir.

Outro ponto que preocupa pesquisadores e bancos centrais é a possibilidade de corridas bancárias digitais. Em momentos de crise, a conversão de depósitos para CBDCs pode acontecer muito mais rapidamente do que ocorreria com saques em dinheiro físico. Por esse motivo, o Fundo Monetário Internacional (2024) defende que o desenho dessas moedas inclua mecanismos capazes de equilibrar inovação, segurança e estabilidade financeira.

2.6. Riscos e Limitações das Moedas Digitais no Comércio Internacional

Apesar do potencial das CBDCs de transformar os pagamentos internacionais e de reduzir a dependência do tradicional intermediário, sua implementação tem limitações e riscos relevantes que precisam ser considerados.

Em relação à cibersegurança, o uso de novas tecnologias também introduz alguns perigos e, no caso das Moedas Digitais de Bancos Centrais, esses ainda não foram compreendidos em sua totalidade. Ainda mais os relacionados ao DLT e Contratos Inteligentes, nos quais um simples erro de codificação pode escalar para vulnerabilidades maiores.

No campo da infraestrutura e tecnologia, também temos o perigo do volume das transações. De acordo com o Banco de Compensações Internacionais (2023), alguns pilotos do DLT mostraram que essa tecnologia enfrentaria dificuldades ao tentar suportar grandes volumes de transações em economias maiores, exigindo um armazenamento de dados elevado. Mesmo em um cenário onde isso não fosse um problema, ainda seriam preocupantes as falhas em camadas de hardware, que causariam uma barreira entre os usuários e seus saldos, atrasando o tempo das liquidações.

Operacionalmente, um dos maiores desafios é a incapacidade técnica. Seria necessária uma quantidade expressiva de pessoas qualificadas para manter essa nova infraestrutura e operá-la em tempo real. E não somente isso, as falhas na manutenção são outro grande desafio. Elas poderiam afetar de forma severa a liquidação das transações, o que levaria o banco a uma significativa perda de credibilidade.

Outro ponto relevante é a interoperabilidade. A falta de uma padronização de segurança pode fazer com que as CBDCs tenham dificuldade de operar entre si. Como consequência, haveria uma fragmentação do sistema de pagamentos internacional. Isso sem mencionar o risco de ataques, afinal, caso ocorra algum ataque contra os fornecedores de Hardware e Software, seriam introduzidas novas vulnerabilidades nesse sistema.

10

As CBDCs também sofrem entraves regulatórios e políticos. Neste aspecto é recomendado que o design dos sistemas das CBDCs priorize a função delas de ser um meio de pagamento e não uma reserva de valor. O motivo é que dessa forma ficará restringindo a quantidade que cada indivíduo pode ter, além de garantir a interoperabilidade.

Ainda que as CBDCs apresentem um grande potencial de transformação para os pagamentos internacionais, foi possível observar que o poder do dólar gera limites estruturais a essa mudança. Seja através dos obstáculos, infraestruturais, regulatórios ou políticos, a tendência é que mesmo com o poder de mudança delas, os Bancos Centrais sigam o Princípio de “Não Causar Dano”. Como o Fundo Monetário Internacional (2024) explica, bancos centrais e ministros das finanças estabeleceram o princípio do não causar dano (do inglês, do not harm) no qual as CBDCs não deverão causar dano ao sistema financeiro existente.

Diante do exposto, é perceptível que apesar da predominância do dólar, e sua confiabilidade global, criam limitações para a redução de seu uso como intermediário nas relações comerciais internacionais em favor das moedas digitais de Bancos Centrais. Nesse contexto, observa-se que eventuais mudanças dependeriam de transformações graduais, superando obstáculos estruturais e regulatórios, ideia que analisaremos nos tópicos seguintes.

3. Método

De acordo com o objetivo dos procedimentos metodológicos, este artigo classifica-se como uma pesquisa exploratória e bibliográfica. Para Gil (2002), os estudos exploratórios desempenham papel fundamental na clarificação de problemas teóricos e na construção de premissas analíticas, recorrendo a materiais já elaborados pela comunidade acadêmica. Dessa forma, mediante o levantamento de livros e artigos de relevância teórica sobre a temática, a metodologia adotada viabilizou a reconstituição das transformações no sistema financeiro internacional, bem como a avaliação dos reflexos das CBDCs sobre a dinâmica de intermediação do dólar nas relações comerciais globais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa aponta que o avanço das Moedas Digitais de Bancos Centrais (CBDCs) vai além de uma simples inovação tecnológica. Ele se encontra inserido em um amplo contexto de mudanças do Sistema Monetário Internacional (SMI). Nesse sentido, a principal questão discutida, a possibilidade de reduzir a dependência do dólar como moeda intermediária, é vista como complexa. A questão não envolve somente os fatores tecnológicos, mas também os econômicos e os geopolíticos.

11

Do ponto de vista da inovação, as CBDCs têm grande potencial para tornar os pagamentos internacionais rápidos, seguros e baratos. Modelos como o multi-CBDC são indicadores da possibilidade de transações diretas entre países sem a necessidade de intermediários tradicionais, como os bancos correspondentes. Isso sugere que o uso do dólar como moeda intermediária poderia diminuir já que as liquidações ocorreriam diretamente entre moedas nacionais.

No entanto, ao longo do trabalho é apurado que a hegemonia do dólar não depende apenas desses aspectos técnicos, sua posição no SMI está ligada a outros fatores. São esses o peso econômico e político dos Estados Unidos, a confiança internacional que tem a sua moeda, a força de seu mercado financeiro e o fato de já ser utilizado globalmente. Assim, ainda que as CBDCs tornem o sistema mais eficiente, elas não necessariamente alteram, a curto prazo, a estrutura de poder do sistema monetário internacional.

Além disso, também existem os riscos e as limitações importantes que estão associados às CBDCs. Questões como cibersegurança, a capacidade tecnológica, a necessidade de

infraestrutura robusta e as dificuldades de integração entre diferentes países, representam desafios relevantes.

Portanto, diante desse cenário, é possível identificar três caminhos para o futuro do SMI. O primeiro é a continuidade da hegemonia do dólar, agora com sistemas mais modernos baseados em CBDCs. O segundo é o surgimento de um sistema mais multipolar, com maior espaço para moedas de diferentes regiões. E, por último, o terceiro cenário aponta para uma possível fragmentação, com vários sistemas coexistindo, mas todos com uma baixa integração entre si.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou investigar a intersecção entre a inovação tecnológica no setor financeiro, a emergência das Moedas Digitais emitidas por Bancos Centrais (CBDCs) e a histórica consolidação do dólar como pilar do Sistema Monetário Internacional (SMI), visando avaliar a capacidade de as CBDCs mitigarem a dependência da moeda norte-americana nas transações globais.

A análise evidencia que, no curto prazo, a hegemonia e a incontestável confiabilidade do dólar impõem barreiras substanciais à sua substituição, quadro agravado pelos desafios regulatórios, operacionais e geopolíticos que ainda cercam a implementação em larga escala das CBDCs. No entanto, conclui-se que uma reconfiguração do SMI é plenamente viável no longo prazo, manifestando-se de forma gradual e contínua. Essa transição tende a trilhar três cenários prospectivos centrais: i) a modernização do próprio ecossistema do dólar suportado por infraestruturas digitais; ii) o estabelecimento de um arranjo multipolar, com maior espaço para moedas alternativas; iii) a fragmentação do sistema financeiro global em blocos regionais com baixa interoperabilidade.

Tendo em vista o caráter exploratório deste trabalho, encoraja-se a condução de investigações futuras que mensurem a eficiência operacional das CBDCs em comparação aos sistemas tradicionais de correspondência bancária (como a rede SWIFT). Ademais, estudos quantitativos e qualitativos sobre a aceitação de moedas digitais no comércio bilateral, a volatilidade cambial associada a novos modelos de paridade e as implicações para a política monetária dos países em desenvolvimento servirão para expandir as fronteiras do debate sobre o futuro do sistema financeiro global.

REFERÊNCIAS

AHNERT, Toni et al. **The economics of central bank digital currency**. Frankfurt: European Central Bank, 2024. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ecb/ecbwps/20222713.html>. Acesso em: 1 maio 2026.

ARAÚJO, Alefson Freitas de. **Fintechs: inovação e otimização do sistema financeiro no Brasil**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Campus Guarapari, Guarapari, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/server/api/core/bitstreams/da7bbaa5-3c62-4d00-813a-7d8e91675b5d/content>. Acesso em: 7 abr. 2026.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). **Central bank digital currencies: foundational principles and core features**. Basel: BIS, 2020. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/othp33.htm>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). **Enhancing cross-border payments: building blocks of a global roadmap**. Basel: BIS, 2020. Disponível em: <https://www.bis.org/cpmi/publ/d193.htm>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). **Annual economic report 2021**. Basel: BIS, 2021. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/arpdf/ar2021e.htm>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). **Central bank digital currency (CBDC) information security and operational risks to central banks: An operational lifecycle risk management framework**. Basel: BIS, 2023. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/othp81.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2026.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). **Project mBridge: connecting economies through CBDC**. Basel: BIS Innovation Hub, 2023. Disponível em: https://www.bis.org/about/bisih/topics/cbdc/mcbdc_bridge.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

BARRDEAR, John; KUMHOF, Michael. **The macroeconomics of central bank digital currencies**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2016. Disponível em: <https://share.google/DRsb8LEht15F7lGVf>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BOUIS, Romain et al. **Central Bank Digital Currencies and Financial Stability: Balance Sheet Analysis and Policy Choices**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2024. (Working Paper, n. WP/2024/226). Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/files/publications/wp/2024/english/wpiea2024226-print.pdf.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2026.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Drex – Real Digital**. Brasília, DF: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/drex>. Acesso em: 3 maio 2026.

CARVALHO, Caio Bicalho Gavião de et al. **O papel do dólar na circulação do capital e no sistema monetário internacional**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 29., 2024, Marabá. Anais... Marabá: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2024. Disponível em:

https://enep.sep.org.br/uploads/3131_1742848839_Artigo_com_nome_dos_autores_pdf_ide.pdf&ved=2ahUKEwiB_MX5wZ2UAxX7CrkGHWotHmcQFnoECB4QAQ&usg=AOvVawo1AqHIjwrgxMXD5glKg67N. Acesso em: 19 abr. 2026.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

EUROPEAN CENTRAL BANK. **Central bank digital currency and financial stability**. Frankfurt: ECB, 2021. Disponível em: <https://share.google/pd2xS2XFEkLqXNYXQ>. Acesso em: 27 abr. 2026.

GANCARCZYK, Marta; RODIL-MARZÁBAL, Óscar. **Fintech framing financial ecologies: conceptual and policy-related implications**. Journal of Entrepreneurship, Management and Innovation, v. 18, n. 4, 2022. Disponível em: <https://jemi.edu.pl/vol-18-issue-4-2022/fintech-framing-financial-ecologies-conceptual-and-policy-related-implications>. Acesso em: 18 ago. 2026.

GOMBER, Peter et al. **On the Fintech Revolution: Interpreting the Forces of Innovation, Disruption and Transformation in Financial Services**. Journal of Management Information Systems, v. 35, n. 1, p. 220–265, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Chris-Parker-8/publication/324119771_On_the_Fintech_Revolution_Interpreting_the_Forces_of_Innovation_Disruption_and_Transformation_in_Financial_Services/links/5b27aa210f7e9be8bdaf7410/On-the-Fintech-Revolution-Interpreting-the-Forces-of-Innovation-Disruption-and-Transformation-in-Financial-Services.pdf?_tp=eyJjb250ZXhoIjp7ImZpcnNoUGFnZSI6InB1YmxpY2FoaW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2FoaW9uIn19. Acesso em: 7 abr. 2026.

14

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IANCU, Alina et al. **Reserve Currencies in an Evolving International Monetary System**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2020. (Departmental Paper, n. 20/02). Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/files/publications/dp/2020/english/rceimsea.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2026.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **The rise of digital money**. Washington, DC: IMF, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/fintech-notes/Issues/2022/07/11/The-Rise-of-Digital-Money-519717>. Acesso em: 1 maio 2026.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Digital money across borders: macro-financial implications**. Washington, DC: IMF, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2023/07/11/Digital-Money-Across-Borders-537089>. Acesso em: 1 maio 2026.

YIFEI, Fan. **A systematic framework for central bank digital currency**. Beijing: People's Bank of China, 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11432-017-9294-5>. Acesso em: 26 abr. 2026.